

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	17
INTRODUÇÃO.....	19
1. Jurisdição constitucional .....	19
2. O Supremo Tribunal Federal: cúpula do Poder Judiciário e Corte Constitucional .....	20
3. Sistema de controle de constitucionalidade das normas .....	23
4. A eficácia das sentenças na jurisdição constitucional .....	27

### PARTE I

#### EFICÁCIA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. EFICÁCIA DAS DECISÕES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE .....	31
1.1. A natural vocação expansiva das decisões sobre a constitucionalidade das normas .....	31
1.2. Eficácia <i>inter partes</i> .....	34
1.3. Eficácias reflexas .....	35
1.4. Suspensão, pelo Senado, da execução da norma declarada inconstitucional .....	36
1.5. Eficácia vinculante para os demais tribunais.....	38
1.6. Força de precedente.....	42
1.7. Os atuais limites da intervenção do Senado (art. 52, X, da CF/1988) .....	47
1.8. Conclusões .....	53

2. EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	55
2.1. O controle abstrato de constitucionalidade .....	55
2.2. Natureza do processo nas ações de controle abstrato .....	57
2.3. Natureza dúplice das ações.....	59
2.4. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) .....	61
2.5. Natureza declaratória da sentença de mérito e eficácia <i>ex tunc</i> .....	64
2.6. Eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante .....	65
2.7. Termo <i>a quo</i> da eficácia declaratória e do efeito vinculante: distinção....	66
2.8. Modulação dos efeitos .....	68
2.9. Cumprimento das sentenças.....	72
2.9.1. Situações jurídicas anteriores.....	72
2.9.2. Situações jurídicas supervenientes .....	74
2.10. Conclusões .....	75
3. EFICÁCIA DAS LIMINARES NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	77
3.1. A <i>função cautelar</i> como inerente à atividade jurisdicional.....	77
3.2. Natureza antecipatória das medidas liminares.....	78
3.3. Eficácia executiva da decisão .....	82
3.4. Eficácia vinculante, <i>ex nunc</i> e <i>erga omnes</i> .....	83
3.5. Cumprimento das liminares .....	85
3.6. Natureza provisória das liminares e efeitos da sua revogação .....	87
3.7. Ajustamento das situações jurídicas nascidas na vigência e por influência da liminar revogada .....	88
3.8. Suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais na vigência da liminar..	90
3.9. Conclusões .....	92

## PARTE II

EFICÁCIA TEMPORAL, RESCISÃO E REVISÃO DAS  
SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

4. EFICÁCIA TEMPORAL E REVISÃO DAS SENTENÇAS SOBRE RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL .....	97
4.1. A incidência da norma e a jurisdição do caso concreto .....	97
4.2. Espécies de relação jurídica e limites objetivos e temporais da eficácia da sentença.....	99
4.3. Limites temporais da eficácia da sentença e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> ...	105
4.4. Ação de revisão da sentença .....	106
4.5. Modificação do estado de direito por força de decisão do STF com eficácia <i>erga omnes</i> .....	108
4.5.1. Decisão declaratória de inconstitucionalidade e suspensão da norma pelo Senado (art. 52, X, da CF/1988).....	109
4.5.2. Decisão de mérito em ações de controle abstrato de constitucionalidade .....	113
4.5.3. Decisão de mérito em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) .....	116
4.5.4. Súmula vinculante e decisão sob o regime de repercussão geral ....	117
4.6. Conclusões .....	119
5. EFICÁCIA TEMPORAL DAS SENTENÇAS EM AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE .....	121
5.1. Coisa julgada em ações de controle abstrato de constitucionalidade .....	121
5.2. Vedação de rescisória e renovação da causa baseada em novo fundamento .....	123
5.3. Estabilidade do julgado e cláusula <i>rebus sic stantibus</i> .....	126
5.4. Mudança no estado de direito .....	126
5.4.1. O problema do controle em abstrato da legitimidade das normas pré-constitucionais .....	127

5.4.2. Norma recepcionada: controle por ação declaratória de constitucionalidade e por ação direta de inconstitucionalidade.....	129
5.5. Mudança no estado de fato: inconstitucionalidade superveniente .....	131
5.6. Revisão das sentenças confirmatórias da constitucionalidade.....	133
5.7. O problema da <i>constitucionalização</i> superveniente.....	137
5.8. Emendas constitucionais retroativas .....	139
5.9. Conclusões .....	146
6. AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL .....	149
6.1. O conflito entre a estabilidade jurídica e a justiça das sentenças .....	149
6.2. Coisa julgada e violação a <i>literal disposição de lei</i> .....	153
6.3. A estabilidade dos julgados, o princípio da supremacia da Constituição e a autoridade do STF.....	155
6.4. Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle concentrado .....	160
6.5. Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle difuso ....	161
6.6. Rescisão de sentença em matéria constitucional não apreciada pelo STF .....	163
6.7. Rescisão de sentença em matéria objeto de ADI ou ADC em andamento.....	166
6.8. Rescisão de sentença em questões não sujeitas aos mecanismos de controle de constitucionalidade das normas.....	168
6.9. Conclusões .....	170
7. INEXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTE DE SENTENÇAS INCONSTITUCIONAIS .....	173
7.1. O novo fundamento de oposição à execução de título judicial.....	173
7.2. As diversas posições doutrinárias a respeito.....	174
7.3. Exegese do preceito normativo: constitucionalidade e alcance .....	177
7.4. Especificidade das sentenças inconstitucionais que acarretam a inexigibilidade da obrigação .....	177

7.4.1. Sentenças que aplicaram norma declarada inconstitucional pelo STF .....	178
7.4.2. Sentenças que deixaram de aplicar norma declarada constitucional pelo STF .....	181
7.5. Pressuposto indispensável: a existência de precedente do STF.....	183
7.6. Aplicação subsidiária às ações executivas <i>lato sensu</i> .....	184
7.7. Conclusões .....	185
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	187
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....	195
<b>OUTRAS OBRAS DO AUTOR</b> .....	203